



**RIO GRANDE DO NORTE**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO  
DA SAÚDE PÚBLICA – SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - <http://www.saude.gov.br>

## EDITAL Nº 90062/2026

Processo nº 00610682.000031/2024-45

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº **90062/2026**

**OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento de materiais de serigrafia nos termos abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento para atender as necessidades da Coordenação de Vigilância em Saúde e suas Subcoordenações, CIEVS, LACEN e SVO, como também da demandas da Coordenação de Atenção a Saúde - CAS e suas subcoordenações.

Tipo de disputa: **menor preço por LOTE.**

### **IMPORTANTE:**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 29/05/2026.**

**HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): às 10:00horas.**

**LOCAL:** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**CÓDIGO UASG: 925550**

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de **Brasília /DF.**

**PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO: ATÉ DIA-26/MAIO/2026**

**Pregoeiro(a): ANA MARIA DA SILVA**

Endereço: *Secretaria de Estado da Saúde Pública*

*Comissão Permanente de Licitação*

Email: [sesap.cpl@gmail.com](mailto:sesap.cpl@gmail.com)

WhatsApp: 84 3232-2671

CNPJ: 08.241.754/0001-45

ComprasNet: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e [www.compras.rn.gov.br](http://www.compras.rn.gov.br)

A Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESAP, torna público, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na sua forma ELETRÔNICA - tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Estadual nº 675/2020, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislação estadual aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### **1. DO OBJETO**

Contratação de empresa para fornecimento de materiais de serigrafia nos termos abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento para atender as necessidades da Coordenação de Vigilância em Saúde e suas Subcoordenações, CIEVS, LACEN e SVO, como também da demandas da Coordenação de Atenção a Saúde - CAS e suas subcoordenações.

1.1. Havendo qualquer discordância na especificação entre o Edital e do Termo de Referência, prevalecerá a do Termo de Referência.

1.2. O orçamento estimado para a contratação terá caráter sigiloso, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

### **2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

b) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

2.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.6. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

2.7. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

2.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

2.10. **Não poderão participar deste Pregão:**

- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, conforme justificativa acostada aos autos do processo administrativo.

### 3. DA IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do

certame.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

3.3.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, salvo quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, o licitante que o tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura das propostas de preços, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

3.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentados fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

3.7. **O(s) pedido(s) de esclarecimento(s) ou impugnação(ções)** deverão ser encaminhados pelo **e-mail: sesap.cpl@gmail.com**.

3.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.9. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnação serão divulgadas pelo sistema em campo próprio e vincularão os participantes e a administração.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.4. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.5. De acordo com o art. 63, II, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), será exigida a apresentação dos documentos para habilitação apenas pelo licitante vencedor, tendo em vista que a fase de habilitação não antecede a de julgamento na presente licitação.

4.6. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

4.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do

bem no órgão competente, quando for o caso;

- Fabricante;
- Marca (Exceto quando se tratar de marca própria e exclusiva, situação em que a licitante deve expressar que se trata de “marca própria e exclusiva”, evitando uma identificação antecipada);
- Valor total do item;
- Valor unitário

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

5.3. A inconformidade das informações cadastradas com as das propostas poderá acarretar na desclassificação da empresa.

5.4. O preço deverá ser cotado em moeda corrente nacional com no máximo quatro casas decimais após a vírgula e estarem inclusas todas e quaisquer despesas, tais como: frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto.

5.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias), a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a licitante que se identificar durante o cadastro de proposta no sistema, conforme previsto no item do Preenchimento da Proposta.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. Durante a sessão de disputa, poderá ocorrer abertura de vários itens simultaneamente cabendo ao Licitante acompanhar atentamente as convocações do pregoeiro quanto as chamadas para os Itens.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **item**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).*

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:

a) A disputa terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

b) Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

c) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

d) Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;

e) Não havendo **lance final e fechado** classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

f) Poderá o Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante a fase aberta de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável ou que entenda ter sido lançado erroneamente. Nesta hipótese, deverá encaminhar mensagem à licitante na qual faculte o direito de repetir tal lance.

6.16.1. Os licitantes não devem manter contato, seja por e-mail ou por telefone, durante a fase de lances com o pregoeiro ou membros da comissão para evitar identificação. Qualquer problemática deverá ser analisada em momento posterior à fase de lances.

6.16.2. Por impossibilidades do sistema, não é possível realizar a exclusão de lances durante a fase de prorrogação.

6.17. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços simbólicos ou irrisórios.

6.18. Durante o transcurso da sessão pública de lances, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015. Também devem ser considerados os dispositivos previstos na LC nº 675/2020.

6.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio automático do sistema entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
2. empresas brasileiras;
3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.31. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.32. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.33. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.34. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.35. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.36. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DO JULGAMENTO E HABILITAÇÃO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, de 24(vinte e quatro) horas e a ocorrência será registrada em ata;

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para, em prazo definido pelo mesmo, enviar documento digital complementar por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, através de comunicação via sistema, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. O documento de proposta deverá:

- ser em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
- conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

7.11. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II, da Lei nº 14.133/2021).

7.12. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.13. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.14. A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7.15. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a verificação do eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, tanto em relação à empresa como também em relação ao sócio majoritário, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

7.16. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

7.17. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.18. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.19. O (a) Pregoeiro (a) poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e/ou da documentação, podendo solicitar amostras dos materiais aos arrematantes, para realização de testes complementares necessários a verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, através do sistema, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado, contado da convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

7.20. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do SESAP/RN ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para verificar a aceitabilidade das propostas caso tenha alguma dúvida. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o pregoeiro **poderá**:

- solicitar complementação de informações, documentos e **ajustes na proposta escrita** para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;
- solicitar **ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços** para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração dos valores proposto;
- **sanar erros ou falhas** que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos anexos, mediante **despacho fundamentado**, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;
- **realizar diligências** em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

7.21. **Na hipótese de serem solicitados**, documentos originais ou cópias autenticadas, a entrega deverá ser agendada, via chat, com o pregoeiro, respeitando o prazo máximo de 03 dias úteis para cumprimento da solicitação. Endereço para entrega: Secretaria de Estado da Saúde Pública Comissão Permanente de Licitação Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 730 - 9º andar, CEP: 59025-600 - Natal - RN CNPJ: 08.241.754/0001-45.

## 7.22. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

7.22.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou.

7.22.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)

7.22.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores

7.22.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores

7.22.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI

7.22.6. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou

7.22.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização; e ato de

registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.22.8. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971.

## 7.23. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

7.23.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.23.2. Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social e Certidão Conjunta expedida pela Receita Federal (de débitos relativos e à Dívida Ativa da União);

7.23.3. Certificado de Regularidade de Situação - CRS, relativo ao FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

7.23.4. Certidão Negativa de Débito do Estado do domicílio ou sede do licitante;

7.23.5. Certidão Negativa Quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, do domicílio ou sede do licitante;

7.23.6. Certidão Negativa de Tributos do Município, do domicílio ou sede do licitante;

7.23.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal (CIM), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.23.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº12. 440 de 07 de julho de 2011.

7.23.9. As microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas deverão apresentar toda a documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.23.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista **de microempresas ou empresas de pequeno porte**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.23.11. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

7.23.12. Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem o(s) documento(s) elencados neste item.

## 7.24. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.24.1. Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante. Este Item se aplica às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Dec. Estadual 19.938/2007;

7.24.2. Apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do exercício social anterior, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei ou documentação equivalente, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

7.24.3. De acordo com a Súmula 289 do TCU, a exigência de índices contábeis de liquidez deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da obra ou serviço, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. Logo, no presente certame, a comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa será apurada pelo Índice de Liquidez Corrente - calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final maior ou igual a 1,0 (hum). (Fórmula de natureza técnica-contábil).

7.24.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo

Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante  
+Passivo não Circulante)

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo  
Circulante).

7.24.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

7.24.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.24.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

7.24.8. Com intuito de justificar a qualificação financeira exigida, destaca-se que a exigência de índices contábeis de liquidez deve conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da obra ou serviço, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade, conforme Súmula 289 do TCU. Assim, a exigência dos índices contábeis, assim como dos demais documentos de qualificação financeira, foi incluída para garantir a participação de empresas que tenham capacidade de suportar os ônus inerentes à contratação e não fere o

limite delineado pelo TCU, são índices padronizados e usuais nas análises contábeis, não restringindo a ampla concorrência.

## **8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.1. Conforme termo de referência.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.
3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso de forma fundamentada.

9.5.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.6.2. O acolhimento do recurso implica tão-somente invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7. Na fase recursal, é assegurada aos interessados vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. É dever do licitante observar as formalidades relativas aos atos praticados no sistema eletrônico, conforme normas e orientações fornecidas pelo provedor do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação.

## **10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E RETORNO DA NEGOCIAÇÃO**

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006;

10.1.3. Para continuidade de negociações pendentes;

10.1.4. Para realização de diligências.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

## **11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **12. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.2. Nas hipóteses de recusa do adjudicatário ou seu não-comparecimento para assinatura do contrato, no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação, será convocado outro

licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

12.3. O disposto no Item anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração do Contrato, observadas as ofertas anteriormente apresentadas pelos licitantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis à licitante que não cumprir os compromissos assumidos no certame;

12.4. No ato da contratação, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

### **13. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

13.1. Conforme termo de referência e minuta contratual (anexos ao edital).

### **14. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

14.1. Conforme termo de referência.

### **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

15.1. Conforme termo de referência.

### **16. DO REAJUSTE**

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

16.2. No caso de formalização de contrato:

16.2.1. os preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

16.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se índices específicos ou setoriais em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2.3. Conforme processo 00610075.000868/2024-42, caso não seja indicado um índice no termo de referência que melhor esteja correlacionado com os custos do objeto contratual ou não haja algum índice de adoção consagrada para o objeto contratado, deve ser adotado o IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

16.2.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.2.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.2.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **17. DO PAGAMENTO**

17.1. Os pagamentos serão efetuados pela FES (Fundo Estadual de Saúde), ou pela unidade orçamentária do requisitante conforme o caso, através do domicílio bancário (banco, agência e conta bancária) vinculado ao CNPJ da empresa no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados / empenhados.

17.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 29 da Lei de Licitações, que consistirá em:

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

17.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

17.5. O pagamento não será realizado por meio de cobrança bancária.

17.6. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na proposta da empresa.

## 18. DA ENTREGA, DO RECEBIMENTO, DO PRAZO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Conforme termo de referência.

## 19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

19.2.1. advertência;

19.2.2. multa;

19.2.3. impedimento de licitar e contratar;

19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.5. A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

19.6. A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.7. A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.8. A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

19.9. As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

19.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.12. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.13. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.15. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

19.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

19.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.19. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

19.20. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

19.21. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

19.22. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

19.22.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

19.22.2. pagamento da multa;

19.22.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

19.22.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

19.22.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.23. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## 20. DAS OBRIGAÇÕES

20.1. As obrigações da contratada e contratante encontram-se previstas no termo de referência.

## 21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A SESAP, na defesa do interesse do serviço Público e de acordo com a legislação vigente, reserva-se ao direito de prorrogar, anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação.

21.2. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Comissão, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e nos Princípios Gerais do Direito.

21.3. Na **contagem dos prazos** deste edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento.

21.4. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência (Especificação do objeto) - 40756069;
- ANEXO II - Modelo de Proposta de preços;
- ANEXO III - Minuta de Contrato - 41022181;
- ANEXO IV - Estudo Técnico Preliminar - 40755980.

ANEXOS A MINUTA DE EDITAL

MODELO DE PROPOSTA

ITEM	Nº REGISTRO M.S.	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/FABRICANTE	DENOMIÇÃO COMERCIAL (Quando houver)	PREÇO UNIT.
	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$ _____ VALOR DO ICMS R\$ _____ ALÍQUOTA DO ICMS _____ PREÇO LIQUIDO DO ITEM R\$ _____						

O preço total da presente proposta é de R\$: \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ). (Valor por extenso)

1. Declaramos que a validade desta proposta é de \_\_\_\_\_ dias a contar da data de sua entrega.
2. Declaramos expressamente que, no(s) preço(s) acima ofertado(s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
3. Informamos a conta bancária da empresa:
- Banco \_\_\_\_\_,
- Nº da conta: \_\_\_\_\_,
- Agência \_\_\_\_\_,
- Telefone para contato \_\_\_\_\_
- E-mail \_\_\_\_\_.
4. Estamos de acordo com todas as Cláusulas do edital.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_/RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura e carimbo

**Diretor ou representante legal - RG/CPF**

*(Esta proposta deverá ser encaminhada em documento timbrado da empresa)*

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00610682.000031/2024-45

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de materiais de serigrafia nos termos dos quadros abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento para atender as necessidades da Coordenação de Vigilância em Saúde e suas Subcoordenações, CIEVS, LACEN e SVO, como também da demandas da Coordenação de Atenção a Saúde - CAS e suas subcoordenações.

### 1.2. QUADROS MATERIAL:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QT CVS	QT CAS	QT CES	TOTAL
01	01	Bloco de anotações tamanho 21,5 x 15 cm, papel off-set 90g, 1 x 0 cor, preto e branco, com 25 folhas, com logomarca do órgão solicitante	620680	UND	1.000	0	0	1.000
01	02	Bloco para anotações - tamanho 10x15cm em papel off-set 90g, impressão 4 x 0 cores, bloco com 25 folhas cada, com a logomarca da instituição e arte conforme solicitação.	626138	UND	2.500	6500	0	9.000
01	03	Caneta - caneta plástica com corpo leitoso branco, com detalhe emborrachado e clip colorido com impressão da logomarca conforme solicitação	628593	UND	3.000	6500	0	9.500
01	04	Cartaz A4 em papel off-set	483941	UND	1.000	0	0	1.000
01	05	Cartaz com impressão em papel couché 120 g. Medindo: 65 x 47 cm	310833	UND	5.000	0	0	5.000
01	06	Crachá para evento com cadarço 10x15cm, 4x4 cores tinta escala em off-set papel Couchê 300g Fotolito incluso furado	614567	UND	2.000	6500	0	8.500
01	07	Crachá para identificação funcional em PVC 8,6 x 5,5 cm, impressão 4 x 0 cores	360124	UND	500	0	60	560
01	08	Folder informativo tamanho A4 com 2 dobra em papel off set impressão frente e verso 4x4 cores. As logomarcas e artes específicas serão fornecidas no ato da solicitação	483924	UND	3.000	6000	0	9.000
01	09	Cartilha - Formato 13 x 19 cm (fechado), capa em papel Couchê fosco 120 gr e miolo impressão em papel off set 90gr a 4/4 cores com 20 páginas. Acabamento: Grampeado e ilustração conforme solicitação.	631140	UND	10.000	2000	0	12.000
01	10	Livreto - Formato 15 x 21 cm (fechado), capa e contracapa em papel Couchê 250 gr, miolo em papel off set 90gr, 4/4	630707	UND	3.000	1500	0	4.500

		cores, com 24 páginas. Acabamento: refil e colado e ilustração conforme solicitação.						
01	11	Placa de acrílico transparente 40x20cm com personalizada colorida, incluso 4 parafusos, 4 buchas e 4 fixadores	474958	UND	100	0	0	100
01	12	Placa de premiação em acrílico 20 X 15 cm com base, personalizada em cor.	484401	UND	500	0	0	500
01	13	Botton personalizados de 2,5 cm.	617803	UND	2.000	4500	0	6.500
01	14	Botton personalizados de 3,5 cm.	617569	UND	1.000	0	0	1.000
01	15	Botton resinado tipo Pin de 3,5 cm	457219	UND	3.000	4500	0	7.500
01	16	Pasta personalizada papel Couchê 400g para eventos e congressos, tamanho 22X30 cm, com aba, bolso, impressão 4/4 cores e ilustrações conforme solicitado	448796	UND	3.000	3000	1000	7.000
01	17	Mousepad-19x24cm tecido emborrachado e base antiderrapante, espessura 3mm, com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitado.	628899	UND	1.500	1000	0	2.500
01	18	Leques tipo abano, formato: 21cm de diâmetro, recorte especial; impressão colorida em papel couchê 300 g/m², com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitado.	610998	UND	5.000	0	0	5.000
01	19	Receituário especial amarelo- Talões de notificação de receita <b>Série A. Com 20 folhas 20 x 1, papel offset 75 gramas.</b> Em duas cores e com <b>marca d'</b> <b>água.</b> Numeradas de _____a _____.	263514	UND	20.000	0	0	20.000
01	20	Termo de Inspeção Sanitária - em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	445715	UND	1.500	0	0	1.500
01	21	Termo de Intimação -em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	616484	UND	500	0	0	500
01	22	Termo Interdição Estabelecimentos-em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	319751	UND	200	0	0	200
01	23	Termo Interdição Produtos e Equipamentos -em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	242369	UND	200	0	0	200
01	24	Continuação do Termo de Interdição -em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor	242369	UND	50	0	0	50

		<b>Amarela, 3ª Via na cor Azul), com carbono, sem numeração</b>						
01	25	Termo de notificação de análise fiscal -em folha de <b>papel A4, em 03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	333537	UND	200	0	0	200
01	26	Continuação do Termo de Inspeção Sanitária/Intimação - em folha de <b>papel A4, em 03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	445715	UND	500	0	0	500
01	27	Notificação de Análise Fiscal - em folha de <b>papel A4, em 03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	333537	UND	200	0	0	200
01	28	Termo de coleta -em folha de <b>papel A4, em 03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	447970	UND	1.500	0	0	1.500
01	29	Auto de Infração -em folha de <b>papel A4, em 03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	449495	UND	200	0	0	200
01	30	Continuação do Auto de Infração -em folha de <b>papel A4, em 03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	449495	UND	50	0	0	50
01	31	Termo de apreensão-em folha de <b>papel A4, em 03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	18287	UND	200	0	0	200
01	32	Continuação do Termo de Apreensão -em folha de <b>papel A4, em 03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	18287	UND	50	0	0	50
01	33	Etiquetas do tipo autoadesiva, com dimensões: 12,7 x 44,45mm - 80 por folha. Caixa c/8000 und	231738	CAIXA	30	0	0	30
01	34	Ímã de Geladeira formato 5,0 x 7,0 cm. Impressão em policromia (4x0) no papel cartão 250 g/m² com termolaminação brilho. Verso 100% imantado. Faca de corte reta ou especial.	455102	UND	1000	1000	0	2.000
01	35	ADESIVO FORMATO 10 X 3CM, IMPRESSÃO 4X0, COUCHÊ, LAYOUT A SER DEFINIDO PELA CONTRATANTE - Em cartela A4	614801	UND	0	6500	0	6.500

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	CVS	CAS	CES	TOTAL
02	01	Bolsa para evento modelo Ecobag em lona na cor crua natural ou em cor, impressão em policromia, medindo 40X35cm de largura, alças medindo 75 cm, logomarca da instituição e ilustração conforme solicitação.	629172	UND	3.000	4500	400	7.900
02	02	Banner confeccionado em lona com impressão de alta resolução em policromias de dimensões 2m x 6m com suporte para pendurar.	453729	UND	10	10	5	25
02	03	Banner confeccionado em lona plástica, tamanho 1 m x 0,70 cm, colorido, Acabamento com duas hastes, uma em cada extremidade, sendo uma com corda de sustentação para suporte desmontável	603277	UND	50	0	0	50
02	04	Banner - produção gráfica de banner, medindo 0,90cm x 1,20 m, impresso em jato de tinta, sobre lona vinílica, 4/0 cores. Acabamento com duas hastes, uma em cada extremidade, sendo uma com corda de sustentação para suporte desmontável	390473	UND	150	50	10	210
02	05	Camiseta de malha PV cor branca, 50% poliéster e 50% Viscose 160gr gola ribana de 2 cm com logomarca do programa pintada de silkscreen em policromia nos tamanhos P, M, G, GG, XGG e baby look, com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitação	467312	UND	5.000	0	0	5.000
02	06	Camiseta de malha PV colorida, 50% poliéster 50% Viscose 160gr gola ribana de 2cm com logomarca do programa pintada de silkscreen em policromia nos tamanhos P, M, G, GG, XGG e baby look, com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitação	467313	UND	5.000	4000	400	9.400
02	07	Camiseta de malha PA na cor branca, 50% poliéster e 50% algodão 160gr gola ribana de 2cm com logomarca do programa pintada de silkscreen em policromia nos tamanhos P, M, G, GG, XGG e baby look, com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitação	630081	UND	3.000	500	0	3.500
02	08	Camiseta de malha PA colorida, 50% poliéster e 50% algodão 160gr gola ribana de 2cm com logomarca do programa pintada de silkscreen em policromia nos tamanhos P, M, G, GG, XGG e baby loo, com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitação	467314	UND	3.000	500	0	3.500
02	09	Faixa em material de pvc, impressão em policromia, com bastão de madeira ou ilhós para amarração (valor em metros)	276312	UND	100	0	0	100
02	10	Faixa Personalizada em Lona 440g brilhante ou fosca e bastões ou ilhós para amarração, tamanho 3m X 1m	476724	UND	10	0	0	10
02	11	Faixa Personalizada em Lona 440g brilhante ou fosca e bastões ou ilhós para amarração, tamanho 2m X 1m	476726	UND	10	0	0	10
02	12	CANECA BRANCA DE CERÂMICA CAPACIDADE 300ML (DIMENSÕES DA ARTE LARGURA X ALTURA)	439729	UND	200	200	0	400
02	13	Squeeze, material: Politereftalato De Etileno Reciclado.Capacidade: 500 MLa aplicação: Tampa Roscada/Personalizada LAYOUT A SER DEFINIDO PELA CONTRATANTE	425534	UND	0	1000	0	1.000

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 32.449, de 07 de março de 2023.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O fornecimento do material é enquadrado como continuado tendo em vista que o serviço será solicitado sempre que houver necessidade para apoiar a realização dos eventos realizados, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar realizado pela equipe técnica.

1.7. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, incluso nos autos deste processo.

2.2. As despesas decorrentes da execução deste certame estão previstas no Plano de Contratação Anual (PCA) do exercício vigente, em conformidade com o disposto no artigo 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, e atendem ao planejamento estratégico da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN).

2.3. O objeto deste credenciamento está registrado sob o ID nº 08241754000145-0-000001/2025, item 33 (891 - Serviços de Reprodução, Publicação e Impressão), identificador da futura contratação 925550-31/2025, disponível para consulta no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/app/pca/08241754000145/2025/1>, garantindo que os recursos financeiros estejam devidamente alocados para sua execução.

2.4. Esses recursos encontram-se distribuídos em diversas ações estratégicas da SESAP/RN, incluindo Educação Permanente em Saúde, Promoção da Saúde, Vigilância em Saúde e Saúde Digital, em consonância com as metas estabelecidas na Programação Anual de Saúde (PAS) das áreas envolvidas na contratação.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo poderá ser encontrada pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Sustentabilidade:**

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. Tem-se como critérios de sustentabilidade a origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços.

4.1.3. A contratada deverá cumprir as práticas de proteção ao meio ambiente, nos termos da legislação em vigor, especialmente às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), não permitindo que materiais descartáveis e detritos de qualquer natureza sejam lançados em áreas impróprias para descarte, de modo a minimizar eventuais danos ao meio ambiente.

4.1.4. Os materiais deverão ser acondicionados em suas embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, com a sua identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante, data de fabricação, validade e outras especificações de acordo com suas características.

4.1.5. Os materiais adquiridos deverão, ao final de sua vida útil, ser descartados em recipientes próprios para que possam, se possível, serem reciclados e reaproveitados ou apenas tenha uma destinação final adequada, objetivando não causar impactos ambientais, por descarte inadequado.

### **4.2. Indicação de marcas ou modelos (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)**

4.2.1. Os materiais tipo camisetas devem ter a etiqueta no produto com a indicação do percentual das gramaturas do material utilizado e o tamanho.

### **4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.3.1. Não se aplica.

### **4.4. Da exigência de amostra**

4.4.1. Se julgar necessário, a comissão de parecer técnico poderá solicitar uma amostra de qualquer produto para avaliação à empresa ganhadora do certame, que deverá apresentar tais amostras obedecendo ao prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) contadas a partir da solicitação;

4.4.2. Deverão ser encaminhadas em embalagens que assegure a sua chegada em perfeitas condições de análise, devidamente identificadas (nome da licitante, modalidade e nº da licitação);

4.4.3. Para as amostras solicitadas serão avaliados rótulo e embalagem do produto, que deverão estar de acordo com a legislação vigente;

4.4.4. Todas as amostras serão avaliadas pela comissão de parecer técnico que emitirá um relatório à comissão permanente de licitação informando da aprovação ou não das mesmas;

4.4.5. A devolução das amostras aprovadas ou não, deverá ser solicitada pelas empresas licitantes, no prazo de até dois dias úteis, após a divulgação do resultado pelo (a) comissão/pregoeiro;

4.4.6. Caso haja recusa do item por parte do membro da comissão de parecer técnico ou a não entrega da amostra solicitada, o licitante será desclassificado e o item será negociado com o licitante subsequente, levando em consideração a ordem de classificação;

4.4.7. Na entrega deverão constar, em todos os itens, as marcas e especificações iguais ao da proposta financeira, em conformidade com as indicações do edital.

#### 4.5. **Da exigência de carta de solidariedade**

4.5.1. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

#### 4.6. **Subcontratação**

4.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 4.7. **Garantia da contratação**

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

4.7.2. Baixa complexidade do objeto cuja execução não demanda elevado grau de especialização técnica nem envolve riscos relevantes à Administração;

4.7.3. Risco reduzido de execução contratual, considerando a previsibilidade das atividades e a inexistência de obrigações de grande monta ou de difícil mensuração;

4.7.4. Suficiência dos mecanismos ordinários de fiscalização e sanção, já previstos no instrumento convocatório e no contrato, os quais asseguram a adequada execução do objeto e a responsabilização da contratada em caso de descumprimento.

4.7.5. Para promover a garantia, o particular é obrigado a desembolsar recursos. O que pode inviabilizar a contratação, uma vez que esse encargo pode atingir valores muito elevados, restringindo a competição.

### 5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### 5.1. **Condições de entrega**

5.1.1. As entregas devem ocorrer em horário comercial (9h00 - 16h00), no endereço da Coordenação de Vigilância em Saúde ou da Coordenação de Atenção à Saúde da SESAP-RN, localizada na Av. Deodoro da Fonseca, 730, 1º andar, Cidade Alta, Natal/RN, CEP 59025-600. A CONTRATADA assumirá integralmente os custos de entrega, inclusive frete.

#### 5.2. **Fornecimento de artes**

5.2.1. As artes gráficas serão fornecidas pela CONTRATANTE a cada solicitação, cabendo à CONTRATADA seguir fielmente os arquivos recebidos.

#### 5.2.2. **Prevalência técnica das especificações**

Em caso de divergência entre as especificações do CATMAT e as descritas no Termo de Referência, deverá prevalecer aquelas estabelecidas neste instrumento.

#### 5.2.3. **Recebimento provisório**

Os bens serão recebidos provisoriamente em até 2 (dois) dias úteis contados da entrega, por servidor designado para fiscalização, visando à conferência de conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência e na proposta aprovada.

#### 5.3. **Substituição em caso de não conformidade**

5.3.1. Materiais entregues que não atendam aos requisitos de qualidade ou quantidade poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, devendo a CONTRATADA providenciar a substituição em até 5 (três) dias úteis a contar da notificação formal, arcando com todos os custos envolvidos, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis.

#### 5.4. **Recebimento definitivo**

5.4.1. Após emissão de atestado de conformidade, o recebimento definitivo deverá ocorrer em até 1 (um) dia útil a partir da data da verificação provisória. Se essa conferência não ocorrer dentro do prazo, o recebimento será considerado automaticamente como realizado na data limite.

#### 5.5. **Responsabilidade pós-recebimento**

5.5.1. O aceite provisório ou definitivo não exime a CONTRATADA da responsabilidade por vícios ou prejuízos resultantes de execução inadequada do contrato.

### 6. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano

complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **6.6. Do gestor de contrato**

6.6.1. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 47):

- 6.6.1.1. analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 6.6.1.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;
- 6.6.1.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 6.6.1.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- 6.6.1.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- 6.6.1.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- 6.6.1.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 6.6.1.8. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;
- 6.6.1.9. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;
- 6.6.1.10. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;
- 6.6.1.11. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 6.6.1.12. desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.

#### **6.7. Do fiscal de contrato**

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos seus substitutos representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7.2. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais (Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48):

- 6.7.2.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- 6.7.2.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 6.7.2.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- 6.7.2.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
- 6.7.2.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;
- 6.7.2.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 6.7.2.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 6.7.2.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 6.7.2.9. notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- 6.7.2.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.

6.7.3. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 49).

6.7.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

- 6.7.4.1. os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- 6.7.4.2. os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 6.7.4.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- 6.7.4.4. a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;

- 6.7.4.5. o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;
- 6.7.4.6. a satisfação do público usuário.
- 6.7.5. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50).

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7.1. Recebimento do Objeto**

- 7.1.1. Os bens serão recebidos, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente para que não haja prejuízo para o evento em andamento, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.1.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito a correção que deverá ser feita para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.1.4. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento.

### **7.2. Liquidação**

- 7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;
- 7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
  - b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.2.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **7.3. Prazo de pagamento**

- 7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.
- 7.3.2. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **7.4. Forma de pagamento**

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1.2. Nas licitações promovidas pela SESAP, deverão constar das propostas de preços de mercadorias ou serviços sujeitos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), conforme disposição da Lei Estadual nº 8.966, de 21 de junho de 2007.

### **8.2. Exigências de habilitação**

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **8.2.1.1. Habilitação jurídica**

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, Termo de Referência 24103360 SEI 00610209.000310/2023-13 / pg. 7 devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i) **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 3º, §2º do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023.

j) **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.2.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União

(DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

#### 8.2.1.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

c) Índice de Liquidez Geral com resultado maior que 1. Conforme Lei 14.133/2021, art. 68. "A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital".

#### 8.2.1.4. **Qualificação Técnica**

a) Inscrição da empresa no Conselho Regional de Nutricionista, através de Certidão de Registro e Quitação (CRQ), de acordo com o § 1º do art 2 da RDC nº 378/2005. Conforme art. 2, da Resolução CFN Nº 662, de 28 de agosto de 2020.

b) Documentação do Responsável Técnico (RT) - Registro de inscrição no Conselho Regional de Nutrição (CRN), profissional esse responsável pelo fornecimento dos produtos. Conforme Capítulo V (da responsabilidade técnica e do quadro técnico), da Resolução CFN nº. 378, de 28 de dezembro de 2005.

c) Ficha técnica dos produtos na fase de oferecimento das propostas. A fim de servir como instrumento necessário à aferição da qualidade dos produtos e da compatibilidade entre suas características e as especificações descritas no edital.

d) Atestado de comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, fornecido por entidade de direito público ou privado, apresentado em papel timbrado da empresa, em original ou cópia autenticada em Cartório;

### 9. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá atribuir caráter sigiloso ao valor estimado da contratação, tornando-o público apenas após o julgamento das propostas, desde que devidamente justificado.

9.2. A adoção do sigilo do orçamento estimado, no presente caso, fundamenta-se nas seguintes razões:

9.2.1. **Preservação da competitividade do certame**, evitando que os licitantes utilizem o valor estimado como parâmetro único para formulação de suas propostas, o que poderia induzir à apresentação de preços artificialmente próximos ao teto da Administração;

9.2.2. **Estímulo à obtenção da proposta mais vantajosa**, incentivando os licitantes a apresentarem seus melhores preços com base em seus próprios custos e estratégias comerciais;

9.2.3. **Mitigação do risco de conluio entre licitantes**, dificultando práticas que possam comprometer o caráter competitivo da licitação;

9.2.4. **Alinhamento às boas práticas de governança e eficiência**, buscando maximizar a economicidade e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

9.3. Ressalta-se que o orçamento estimado foi devidamente elaborado com base em pesquisa de mercado idônea e permanece acessível aos órgãos de controle interno e externo, garantindo a transparência e a regularidade do procedimento.

9.4. o sigilo do valor estimado até a fase de julgamento das propostas mostra-se medida adequada, proporcional e alinhada ao interesse público, sem prejuízo da transparência, que será assegurada com a sua divulgação imediata após a conclusão dessa etapa

### 10. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União. A fonte de recurso a ser executada a fonte 600 e as subações serão as seguintes:

Gestão/Unidade: 24131 - Fundo de Saúde do RN - FUSERN;

Fonte de Recursos: 0.600.000600 - Recurso do SUS 160

10.1.1. A contratação será atendida pelas dotações sob responsabilidade na CVS/SESAP/RN:

**241201 - Fortalecimento da Política de Vigilância a Prevenção das IST/AIDS e Hepatites Virais**

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.

**241301 - integração e Operacionalização das Práticas de Promoção e Vigilância em Saúde**

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.

**241401 - integração e Operacionalização das Ações de Vigilância Sanitária**

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.

**241701 - Fortalecimento das Ações de Vigilância e Atenção Integral a Saúde do Trabalhador**

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39

10.1.2. A contratação será atendida pelas dotações sob responsabilidade na CAS/SESAP/RN:

**2382.01 - Manutenção das Unidades Hospitalares e de Referências**

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.

**2415.01 - Estruturação e Implementação de Ações de Alimentação e Nutrição**

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.

**2416.01 - Fortalecimento das Ações de Promoção da Saúde na Atenção Básica**

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.

Gestão/Unidade: 24131 - Fundo de Saúde do RN - FUSERN;

Fonte de Recursos: 0.500 - Recurso não vinculado de impostos

**2042.01 - Fortalecimento do controle social do SUS**

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.

**11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. São obrigações da Contratante:

11.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos;

11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. Atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto deste Termo, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

11.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.1.7. Notificar à Contratada, por escrito, as sanções e penalidades quando for o caso;

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1. Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, lote, e quantidade;

12.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo máximo de 10 (dez);

12.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.5. Atender prontamente às exigências da SESAP, constantes no Edital, inerentes ao objeto da presente licitação;

12.1.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de

aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como seguir a Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020, que determina o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência;

12.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

12.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

12.2. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

13. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. O licitante ou a Contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

13.2. Esta cláusula tem como fundamento os artigos 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021, que trata das infrações administrativas, das sanções aplicáveis e dos procedimentos sancionatórios no âmbito das contratações públicas.

13.2.1. Constitui infração administrativa, na forma do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o cometimento, pelo licitante ou contratado, de qualquer conduta que enseje, com dolo ou culpa, atos que prejudiquem a execução contratual, atentem contra a lisura do certame, resultem em inadimplemento parcial ou total das obrigações assumidas ou, ainda, configurem qualquer das hipóteses descritas na legislação vigente.

13.3. **Das Infrações e Sanções Aplicáveis à CONTRATADA**

Item	Infração	Sanções Aplicáveis
I	Dar causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência e/ou multa, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave.
II	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Multa e/ou impedimento de licitar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicou a sanção, por até 3 anos. Poderá, ainda, ser aplicada declaração de inidoneidade, quando cabível.
III	Dar causa à inexecução total do contrato.	Multa e/ou impedimento de licitar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicou a sanção, por até 3 anos. Poderá, ainda, ser aplicada declaração de inidoneidade, quando cabível.
IV	Deixar de entregar a documentação exigida para para o certame e execução do objeto	Multa e/ou impedimento de licitar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicou a sanção, por até 3 anos. Poderá, ainda, ser aplicada declaração de inidoneidade, quando cabível.
VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.	Multa e/ou impedimento de licitar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicou a sanção, por até 3 anos. Poderá, ainda, ser aplicada declaração de inidoneidade, quando cabível.
VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.	Multa e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.
IX	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.	Multa e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.
X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Multa e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.
XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	Multa e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.
XII	Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).	Multa e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.

13.3.1. **Da Classificação das Infrações à CONTRATADA**

Nível	Descrição	Pontuação
Leve	Falha que gera transtorno, mas não compromete a continuidade dos serviços.	01 ponto
Média	Falha que impacta o serviço, sem comprometer sua finalidade nem sua continuidade.	03 pontos

13.3.2. Da Classificação das sanções à CONTRATADA

Pontuação	Sanção Aplicável
01 a 03	Advertência formal.
04 a 05	Multa compensatória de até 0,5 % a 30% do valor estimado mensal do contrato.
06 a 09	Multa compensatória de 0,5% a 30% do valor do estimado mensal do contrato.
10 a 15	Multa compensatória de 0,5% a 30% do valor estimado mensal do contrato, podendo ser cumulada com suspensão temporária de participação em credenciamentos no âmbito estadual.
16 a 25	Multa de 0,5% a 30% do valor estimado mensal do contrato, cumulada com impedimento de licitar e contratar com o Estado do RN por até 3 anos.
Acima de 25	Declaração de inidoneidade, proibindo a participação em licitações e contratações públicas no âmbito nacional, por 3 a 6 anos.

13.4. Das Disposições finais

13.4.1. Todas as sanções deverão observar os princípios do contraditório, ampla defesa, razoabilidade e proporcionalidade, bem como o devido processo legal, conforme regulamentação vigente.

13.4.2. A aplicação de sanções não exime a parte infratora do dever de reparar integralmente os danos causados à parte prejudicada.

13.4.3. As sanções aplicadas serão devidamente registradas nos cadastros competentes, inclusive no Cadastro de Fornecedores do Estado do Rio Grande do Norte (CADFOR) e demais sistemas de controle.

13.4.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.4.5. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.5. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.2. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

- 13.6.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:
- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
  - II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
  - III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

13.10. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

13.11. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

13.12. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

13.12.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

13.12.2. pagamento da multa;

13.12.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

13.12.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

13.12.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.12.5.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

#### **14. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

14.1. Após assinatura da ata, poderá ser formalizado contrato, momento no qual será exigido cadastro no SEI RN.

14.2. Os contratos provenientes desta licitação regular-se-ão pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme estabelecido na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

14.3. A SESAP convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar o instrumento equivalente, que deverá assiná-lo dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis após convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela SESAP.

§ 2º Será facultado à SESAP, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 3º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor da licitante.

14.4. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a SESAP deverá verificar a regularidade fiscal da Contratada, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

14.5. O contrato passará a produzir efeitos a partir da publicação do extrato do termo de contrato ou documento equivalente no Diário Oficial do Estado.

#### **15. DO REAJUSTE**

15.1. No caso de formalização de contrato:

15.1.1. Os preços são fixos e irredutíveis pelo prazo de 01 (um) ano contado do início da vigência do contrato.

15.1.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.1.8. O reajuste será realizado por meio de apostilamento contratual.

#### **16. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

16.1. As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2023.

16.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do

processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021. 16.3. A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. (art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021).

16.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.4. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

16.5. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.

16.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa

## 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. É vedada a participação das unidades integrantes neste Termo de Referência em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de Ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

17.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação, pelo Decreto Estadual nº 20.103, de 19 de outubro de 2007 e suas alterações e pelo Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023 e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

17.3. O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, que deverá ter aprovação da autoridade competente, pela conveniência e oportunidade, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 12, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 303/2005.



Documento assinado eletronicamente por **DEUMA MARIA ALVES SANTOS DE OLIVEIRA, Chefe de Departamento de Unidade de Saúde - CDUS**, em 22/04/2026, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ELOIZA DA SILVA, Referência Técnica do Núcleo Administrativo e Orçamentário em Substituição Legal**, em 23/04/2026, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40756069** e o código CRC **5A9813D3**.



**RIO GRANDE DO NORTE**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO  
DA SAÚDE PÚBLICA – SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://www.saude.gov.br

**MINUTA DE CONTRATO**

Processo nº 00610682.000031/2024-45

**\* MINUTA DE DOCUMENTO**

**CONTRATO QUE CELEBRA O ESTADO DO RIO  
GRANDE DO NORTE ATRAVÉS DA SECRETARIA  
DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA E A EMPRESA**

O Estado do Rio Grande do Norte, através da **Secretaria de Estado da Saúde Pública** – Órgão da Administração Direta, com sede à Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Centro - Natal/RN, CEP: 59.025-600, inscrita no CNPJ sob nº 08.241.754/0001-45, neste ato, representada por seu titular, Dr. Alexandre Motta Câmara, CPF nº 538.596.694-00, de agora em diante denominada CONTRATANTE e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Estadual nº 675/2020, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), decreto 32.449/23 e legislação correlata, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de materiais de serigrafia nos termos dos quadros abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento para atender as necessidades da Coordenação de Vigilância em Saúde e suas Subcoordenações, CIEVS, LACEN e SVO, como também da demandas da Coordenação de Atenção a Saúde - CAS e suas subcoordenações.

1.2. QUADROS MATERIAL:

1.3.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QT CVS	QT CAS	QT CES	TOTAL
01	01	Bloco de anotações tamanho 21,5 x 15 cm, papel off-set 90g, 1 x 0 cor, preto e branco, com 25 folhas, com logomarca do órgão solicitante	620680	UND	1.000	0	0	1.000
01	02	Bloco para anotações - tamanho 10x15cm em papel off-set 90g, impressão 4 x 0 cores, bloco com 25 folhas cada, com a logomarca da instituição e arte conforme solicitação.	626138	UND	2.500	6500	0	9.000
01	03	Caneta - caneta plástica com corpo leitoso branco, com detalhe emborrachado e clip colorido com impressão da logomarca conforme solicitação	628593	UND	3.000	6500	0	9.500
01	04	Cartaz A4 em papel off-set	483941	UND	1.000	0	0	1.000
01	05	Cartaz com impressão em papel couché 120 g. Medindo: 65 x 47 cm	310833	UND	5.000	0	0	5.000
01	06	Crachá para evento com cadarço 10x15cm, 4x4 cores tinta escala em off-set papel Couché 300g Fitolito incluso furado	614567	UND	2.000	6500	0	8.500

01	07	Crachá para identificação funcional em PVC 8,6 x 5,5 cm, impressão 4 x 0 cores	360124	UND	500	0	60	560
01	08	Folder informativo tamanho A4 com 2 dobra em papel off set impressão frente e verso 4x4 cores. As logomarcas e artes específicas serão fornecidas no ato da solicitação	483924	UND	3.000	6000	0	9.000
01	09	Cartilha - Formato 13 x 19 cm (fechado), capa em papel Couchê fosco 120 gr e miolo impressão em papel off set 90gr a 4/4 cores com 20 páginas. Acabamento: Grampeado e ilustração conforme solicitação.	631140	UND	10.000	2000	0	12.000
01	10	Livreto - Formato 15 x 21 cm (fechado), capa e contracapa em papel Couchê 250 gr, miolo em papel off set 90gr, 4/4 cores, com 24 páginas. Acabamento: refile e colado e ilustração conforme solicitação.	630707	UND	3.000	1500	0	4.500
01	11	Placa de acrílico transparente 40x20cm com personalizada colorida, incluso 4 parafusos, 4 buchas e 4 fixadores	474958	UND	100	0	0	100
01	12	Placa de premiação em acrílico 20 X 15 cm com base, personalizada em cor.	484401	UND	500	0	0	500
01	13	Botton personalizados de 2,5 cm.	617803	UND	2.000	4500	0	6.500
01	14	Botton personalizados de 3,5 cm.	617569	UND	1.000	0	0	1.000
01	15	Botton resinado tipo Pin de 3,5 cm	457219	UND	3.000	4500	0	7.500
01	16	Pasta personalizada papel Couchê 400g para eventos e congressos, tamanho 22X30 cm, com aba, bolso, impressão 4/4 cores e ilustrações conforme solicitado	448796	UND	3.000	3000	1000	7.000
01	17	Mousepad-19x24cm tecido emborrachado e base antiderrapante, espessura 3mm, com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitado.	628899	UND	1.500	1000	0	2.500
01	18	Leques tipo abano, formato: 21cm de diâmetro, recorte especial; impressão colorida em papel couchê 300 g/m², com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitado.	610998	UND	5.000	0	0	5.000
01	19	Receituário especial amarelo-Talões de notificação de receita <b>Série A. Com 20 folhas 20 x 1, papel offset 75 gramas.</b> Em duas cores e com <b>marca d! água</b> . Numeradas de _____a _____.	263514	UND	20.000	0	0	20.000
01	20	Termo de Inspeção Sanitária - em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	445715	UND	1.500	0	0	1.500
		Termo de Intimação -em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª						

01	21	Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	616484	UND	500	0	0	500
01	22	Termo Interdição Estabelecimentos-em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	319751	UND	200	0	0	200
01	23	Termo Interdição Produtos e Equipamentos -em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	242369	UND	200	0	0	200
01	24	Continuação do Termo de Interdição -em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	242369	UND	50	0	0	50
01	25	Termo de notificação de análise fiscal -em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	333537	UND	200	0	0	200
01	26	Continuação do Termo de Inspeção Sanitária/Intimação - em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	445715	UND	500	0	0	500
01	27	Notificação de Análise Fiscal - em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	333537	UND	200	0	0	200
01	28	Termo de coleta -em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	447970	UND	1.500	0	0	1.500
01	29	Auto de Infração -em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	449495	UND	200	0	0	200
01	30	Continuação do Auto de Infração -em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	449495	UND	50	0	0	50
01	31	Termo de apreensão-em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	18287	UND	200	0	0	200
01	32	Continuação do Termo de Apreensão -em folha de <b>papel A4</b> , em <b>03 (três) vias</b> (1ª Via na cor <b>Branca</b> , 2ª Via na cor <b>Amarela</b> , 3ª Via na cor <b>Azul</b> ), com carbono, sem numeração	18287	UND	50	0	0	50

01	33	Etiquetas do tipo autoadesiva, com dimensões: 12,7 x 44,45mm - 80 por folha. Caixa c/8000 und	231738	CAIXA	30	0	0	30
01	34	Ímã de Geladeira formato 5,0 x 7,0 cm. Impressão em policromia (4x0) no papel cartão 250 g/m² com termolaminação brilho. Verso 100% imantado. Faca de corte reta ou especial.	455102	UND	1000	1000	0	2.000
01	35	ADESIVO FORMATO 10 X 3CM, IMPRESSÃO 4X0, COUCHÊ, LAYOUT A SER DEFINIDO PELA CONTRATANTE - Em cartela A4	614801	UND	0	6500	0	6.500

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QT CVS	QT CAS	QT CES	TOTAL
02	01	Bolsa para evento modelo Ecobag em lona na cor crua natural ou em cor, impressão em policromia, medindo 40X35cm de largura, alças medindo 75 cm, logomarca da instituição e ilustração conforme solicitação.	629172	UND	3.000	4500	400	7.900
02	02	Banner confeccionado em lona com impressão de alta resolução em policromias de dimensões 2m x 6m com suporte para pendurar.	453729	UND	10	10	5	25
02	03	Banner confeccionado em lona plástica, tamanho 1 m x 0,70 cm, colorido, Acabamento com duas hastes, uma em cada extremidade, sendo uma com corda de sustentação para suporte desmontável	603277	UND	50	0	0	50
02	04	Banner - produção gráfica de banner, medindo 0,90cm x 1,20 m, impresso em jato de tinta, sobre lona vinílica, 4/0 cores. Acabamento com duas hastes, uma em cada extremidade, sendo uma com corda de sustentação para suporte desmontável	390473	UND	150	50	10	210
02	05	Camiseta de malha PV cor branca, 50% poliéster e 50% Viscose 160gr gola ribana de 2 cm com logomarca do programa pintada de silkscreen em policromia nos tamanhos P, M , G, GG, XGG e baby look, com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitação	467312	UND	5.000	0	0	5.000
02	06	Camiseta de malha PV colorida, 50% poliéster 50% Viscose 160gr gola ribana de 2cm com logomarca do programa pintada de silkscreen em policromia nos tamanhos P, M , G, GG, XGG e baby look, com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitação	467313	UND	5.000	4000	400	9.400
02	07	Camiseta de malha PA na cor branca, 50% poliéster e 50% algodão 160gr gola ribana de 2cm com logomarca do programa pintada de silkscreen em policromia nos tamanhos P, M , G, GG, XGG e baby look, com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitação	630081	UND	3.000	500	0	3.500
02	08	Camiseta de malha PA colorida, 50% poliéster e 50% algodão 160gr gola ribana de 2cm com logomarca do programa pintada de silkscreen em policromia nos tamanhos P, M , G, GG, XGG e baby loo, com logomarca da instituição e ilustração conforme	467314	UND	3.000	500	0	3.500

		solicitação						
02	09	Faixa em material de pvc, impressão em policromia, com bastão de madeira ou ilhós para amarração (valor em metros)	276312	UND	100	0	0	100
02	10	Faixa Personalizada em Lona 440g brilhante ou fosca e bastões ou ilhós para amarração, tamanho 3m X 1m	476724	UND	10	0	0	10
02	11	Faixa Personalizada em Lona 440g brilhante ou fosca e bastões ou ilhós para amarração, tamanho 2m X 1m	476726	UND	10	0	0	10
02	12	CANECA BRANCA DE CERÂMICA CAPACIDADE 300ML (DIMENSÕES DA ARTE LARGURA X ALTURA)	439729	UND	200	200	0	400
02	13	Squeeze, material: Politereftalato De Etileno Reciclado.Capacidade: 500 MLAplicação: Tampa Roscada/Personalizada LAYOUT A SER DEFINIDO PELA CONTRATANTE	425534	UND	0	1000	0	1.000

1.4. Integram este Contrato, independente de sua transcrição, Termo de Referência, o Edital de Licitação, a Proposta da CONTRATADA e demais elementos constantes do referido processo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A contratação objeto deste documento obrigacional é celebrada com base no resultado, homologação em \_\_/\_\_/\_\_ e adjudicação do Certame Licitatório - Pregão Eletrônico - nº \_\_/\_\_ - Processo nº 00610682.000031/2024-45.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. Tem-se como critérios de sustentabilidade a origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços.

4.1.3. A contratada deverá cumprir as práticas de proteção ao meio ambiente, nos termos da legislação em vigor, especialmente às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), não permitindo que materiais descartáveis e detritos de qualquer natureza sejam lançados em áreas impróprias para descarte, de modo a minimizar eventuais danos ao meio ambiente.

4.1.4. Os materiais deverão ser acondicionados em suas embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, com a sua identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante, data de fabricação, validade e outras especificações de acordo com suas características.

4.1.5. Os materiais adquiridos deverão, ao final de sua vida útil, ser descartados em recipientes próprios para que possam, se possível, serem reciclados e reaproveitados ou apenas tenha uma destinação final adequada, objetivando não causar impactos ambientais, por descarte inadequado.

4.2. Indicação de marcas ou modelos (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.2.1. Os materiais tipo camisetas devem ter a etiqueta no produto com a indicação do percentual das gramaturas do material utilizado e o tamanho.

4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3.1. Não se aplica.

4.4. Da exigência de carta de solidariedade

4.4.1. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE EXECUÇÃO

5.1. Condições de entrega

5.1.1. As entregas devem ocorrer em horário comercial (9h00 - 16h00), no endereço da Coordenação de Vigilância em Saúde ou da Coordenação de Atenção à Saúde da SESAP-RN, localizada na Av. Deodoro da Fonseca, 730, 1º andar, Cidade Alta, Natal/RN, CEP 59025-600. A CONTRATADA assumirá integralmente os custos de entrega, inclusive frete.

## **5.2. Fornecimento de artes**

5.2.1. As artes gráficas serão fornecidas pela CONTRATANTE a cada solicitação, cabendo à CONTRATADA seguir fielmente os arquivos recebidos.

## **5.2.2. Prevalência técnica das especificações**

Em caso de divergência entre as especificações do CATMAT e as descritas no Termo de Referência, deverá prevalecer aquelas estabelecidas neste instrumento.

## **5.2.3. Recebimento provisório**

Os bens serão recebidos provisoriamente em até 2 (dois) dias úteis contados da entrega, por servidor designado para fiscalização, visando à conferência de conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência e na proposta aprovada.

## **5.3. Substituição em caso de não conformidade**

5.3.1. Materiais entregues que não atendam aos requisitos de qualidade ou quantidade poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, devendo a CONTRATADA providenciar a substituição em até 5 (três) dias úteis a contar da notificação formal, arcando com todos os custos envolvidos, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis.

## **5.4. Recebimento definitivo**

5.4.1. Após emissão de atestado de conformidade, o recebimento definitivo deverá ocorrer em até 1 (um) dia útil a partir da data da verificação provisória. Se essa conferência não ocorrer dentro do prazo, o recebimento será considerado automaticamente como realizado na data limite.

## **5.5. Responsabilidade pós-recebimento**

5.5.1. O aceite provisório ou definitivo não exime a CONTRATADA da responsabilidade por vícios ou prejuízos resultantes de execução inadequada do contrato.

# **6. CLÁUSULA SEXTA - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **6.6. Do gestor de contrato**

6.6.1. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 47):

6.6.1.1. analisar a documentação que antecede o pagamento;

6.6.1.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;

6.6.1.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

6.6.1.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

6.6.1.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

6.6.1.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

6.6.1.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

6.6.1.8. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;

6.6.1.9. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;

6.6.1.10. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;

6.6.1.11. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

6.6.1.12. desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.

## **6.7. Do fiscal de contrato**

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos seus substitutos representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7.2. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais (Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48):

6.7.2.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

6.7.2.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

6.7.2.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

6.7.2.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;

6.7.2.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

6.7.2.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

6.7.2.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

6.7.2.9. notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

6.7.2.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.

6.7.3. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários e eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 49).

6.7.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

6.7.4.1. os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;

6.7.4.2. os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

6.7.4.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

6.7.4.4. a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;

6.7.4.5. o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;

6.7.4.6. a satisfação do público usuário.

6.7.5. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50).

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - SUBCONTRATAÇÃO**

7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - VALOR**

8.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

8.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **9. CLÁUSULA NONA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **9.1. Recebimento do Objeto**

9.1.1. Os bens serão recebidos, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente para que não haja prejuízo para o evento em andamento, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito a correção que deverá ser feita para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.4. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento.

## 9.2. **Liquidação**

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

9.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

9.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

9.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

## 9.3. **Prazo de pagamento**

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## 9.4. **Forma de pagamento**

9.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 10. **CLÁUSULA DÉCIMA - REAJUSTE**

10.1. No caso de formalização de contrato:

10.1.1. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

10.1.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.1.8. O reajuste será realizado por meio de apostilamento contratual.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.0.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos;

11.0.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.0.3. Atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto deste Termo, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

11.0.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.0.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.0.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.0.7. Notificar à Contratada, por escrito, as sanções e penalidades quando for o caso;

11.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução no Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1. Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, lote, e quantidade;

12.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo máximo de 10 (dez);

12.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.5. Atender prontamente às exigências da SESAP, constantes no Edital, inerentes ao objeto da presente licitação;

12.1.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como seguir a Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020, que determina o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência;

12.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

12.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

12.2. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.0.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

13.0.2. Baixa complexidade do objeto cuja execução não demanda elevado grau de especialização técnica nem envolve riscos relevantes à Administração;

13.0.3. Risco reduzido de execução contratual, considerando a previsibilidade das atividades e a inexistência de obrigações de grande monta ou de difícil mensuração;

13.0.4. Suficiência dos mecanismos ordinários de fiscalização e sanção, já previstos no instrumento convocatório e no contrato, os quais asseguram a adequada execução do objeto e a responsabilização da contratada em caso de descumprimento.

13.0.5. Para promover a garantia, o particular é obrigado a desembolsar recursos. O que pode inviabilizar a contratação, uma vez que esse encargo pode atingir valores muito elevados, restringindo a competição.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O Contratado(a) será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

14.2. Esta cláusula tem como fundamento os artigos 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021, que trata das infrações administrativas, das sanções aplicáveis e dos procedimentos sancionatórios no âmbito das contratações públicas.

14.2.1. Constitui infração administrativa, na forma do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o cometimento, pelo contratado(a), de qualquer conduta que enseje, com dolo ou culpa, atos que prejudiquem a execução contratual, atentem contra a lisura do certame, resultem em inadimplemento parcial ou total das obrigações assumidas ou, ainda, configurem qualquer das hipóteses descritas na legislação vigente.

#### 14.3. Das Infrações e Sanções Aplicáveis à CONTRATADA

Item	Infração	Sanções Aplicáveis
I	Dar causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência e/ou multa, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave.
II	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Multa e/ou impedimento de licitar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicou a sanção, por até 3 anos. Poderá, ainda, ser aplicada declaração de inidoneidade, quando cabível.
III	Dar causa à inexecução total do contrato.	Multa e/ou impedimento de licitar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicou a sanção, por até 3 anos. Poderá, ainda, ser aplicada declaração de inidoneidade, quando cabível.
IV	Deixar de entregar a documentação exigida para para o certame e execução do objeto	Multa e/ou impedimento de licitar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicou a sanção, por até 3 anos. Poderá, ainda, ser aplicada declaração de inidoneidade, quando cabível.
VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.	Multa e/ou impedimento de licitar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicou a sanção, por até 3 anos. Poderá, ainda, ser aplicada declaração de inidoneidade, quando cabível.
VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.	Multa e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.
IX	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.	Multa e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.
X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Multa e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.
XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	Multa e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.
XII	Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).	Multa e/ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.

#### 14.3.1. Da Classificação das Infrações à CONTRATADA

Nível	Descrição	Pontuação
-------	-----------	-----------

<b>Leve</b>	Falha que gera transtorno, mas não compromete a continuidade dos serviços.	01 ponto
<b>Média</b>	Falha que impacta o serviço, sem comprometer sua finalidade nem sua continuidade.	03 pontos
<b>Grave</b>	Falha que inviabiliza a execução contratual, desfigurando sua finalidade ou tornando-a impossível.	10 pontos

#### 14.3.2. Da Classificação das sanções à CONTRATADA

Pontuação	Sanção Aplicável
<b>01 a 03</b>	<b>Advertência formal.</b>
<b>04 a 05</b>	<b>Multa compensatória de até 0,5 % a 30% do valor estimado mensal do contrato.</b>
<b>06 a 09</b>	<b>Multa compensatória de 0,5% a 30% do valor do estimado mensal do contrato.</b>
<b>10 a 15</b>	<b>Multa compensatória de 0,5% a 30% do valor estimado mensal do contrato, podendo ser cumulada com suspensão temporária de participação em credenciamentos no âmbito estadual.</b>
<b>16 a 25</b>	<b>Multa de 0,5% a 30% do valor estimado mensal do contrato, cumulada com impedimento de licitar e contratar com o Estado do RN por até 3 anos.</b>
<b>Acima de 25</b>	<b>Declaração de inidoneidade, proibindo a participação em licitações e contratações públicas no âmbito nacional, por 3 a 6 anos.</b>

#### 14.4. Das Disposições finais

14.4.1. Todas as sanções deverão observar os princípios do contraditório, ampla defesa, razoabilidade e proporcionalidade, bem como o devido processo legal, conforme regulamentação vigente.

14.4.2. A aplicação de sanções não exime a parte infratora do dever de reparar integralmente os danos causados à parte prejudicada.

14.4.3. As sanções aplicadas serão devidamente registradas nos cadastros competentes, inclusive no Cadastro de Fornecedores do Estado do Rio Grande do Norte (CADFOR) e demais sistemas de controle.

14.4.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.4.5. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.5. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.6. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o Contratado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o Contratado(a) poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.6.2. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

14.6.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
- II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

14.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.9. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro

Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

14.10. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista no Termo de Referência ou em contrato.

14.11. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

14.12. É admitida a reabilitação do Contratado(a) perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

14.12.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

14.12.2. pagamento da multa;

14.12.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

14.12.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

14.12.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

14.12.5.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do Contratado(a), a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2023.

15.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3. A extinção do contrato poderá ser:

15.3.1. I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.3.2. II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

15.3.3. III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. (art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.5. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

15.6. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.

15.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 24131 - Fundo de Saúde do RN - FUSERN;

Fonte de Recursos: 0.600.000600 - Recurso do SUS 160

16.1.1. A contratação será atendida pelas dotações sob responsabilidade na CVS/SESAP/RN:

**241201 - Fortalecimento da Política de Vigilância a Prevenção das IST/AIDS e Hepatites Virais**

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.

**241301 - integração e Operacionalização das Práticas de Promoção e Vigilância em Saúde**

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.

**241401 - integração e Operacionalização das Ações de Vigilância Sanitária**

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.

**241701 - Fortalecimento das Ações de Vigilância e Atenção Integral a Saúde do Trabalhador**

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39

16.1.2. A contratação será atendida pelas dotações sob responsabilidade na CAS/SESAP/RN:

**2382.01 - Manutenção das Unidades Hospitalares e de Referências**

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.

**2415.01 - Estruturação e Implementação de Ações de Alimentação e Nutrição**

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.

#### **2416.01 - Fortalecimento das Ações de Promoção da Saúde na Atenção Básica**

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.

Gestão/Unidade: 24131 - Fundo de Saúde do RN - FUSERN;

Fonte de Recursos: 0.500 - Recurso não vinculado de impostos

#### **2042.01 - Fortalecimento do controle social do SUS**

Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação, pelo Decreto Estadual nº 20.103, de 19 de outubro de 2007 e suas alterações e pelo Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023 e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES**

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO**

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO**

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer dúvidas deste Contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.2. E para firmeza e validade, e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente contrato em 02 (duas) vias, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua aprovação e execução.

Natal/RN, [data no rodapé com assinatura eletrônica].

(assinado eletronicamente)

**Alexandre Motta Câmara**  
**Secretário de Estado da Saúde Pública do RN**

(assinado eletronicamente)

**Pela Contratada**



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUCAS TEIXEIRA DE ARAUJO**, Assistente Técnico em Saúde, em 30/04/2026, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41022181** e o código CRC **ED7902CB**.

---

**Referência:** Processo nº 00610682.000031/2024-45

SEI nº 41022181

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 00610682.000031/2024-45

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

**Órgão:** 24000 - Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte - SESAP-RN.

**Unidade Orçamentária:** 24131 - Fundo Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte - FES-RN.

**Unidade Gestora:** 240131 - Fundo Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte - FES-RN.

**2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

2.1. A equipe de planejamento encontra-se estabelecida no Documento de Formalização da Demanda DFD id. 27443939.

**3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP) tem como missão orientar e executar as políticas públicas de saúde, apoiando os municípios com base nas necessidades da população norte-rio-grandense e nos determinantes e condicionantes do processo saúde-doença. A partir da análise situacional do território, de forma regionalizada, define anualmente suas diretrizes, objetivos e metas, alinhadas às especificidades epidemiológicas e organizacionais de cada região.

Nesse cenário, o fortalecimento da regionalização constitui diretriz prioritária da SESAP, representando um instrumento essencial para o planejamento, a organização e a gestão de redes de ações e serviços de saúde descentralizados. O avanço da regionalização favorece o acesso qualificado à saúde, pois permite observar os determinantes sociais em sua expressão territorial, projetar necessidades de atenção de forma integral e ampliar o escopo das intervenções em saúde, considerando as singularidades e interconexões populacionais que transcendem os limites municipais.

A regionalização, enquanto diretriz do Sistema Único de Saúde (SUS) e eixo estruturante do Pacto de Gestão (conforme Portaria nº 399/2006), orienta a descentralização das ações e serviços, e, com esse compromisso, a atual gestão da SESAP estabelece como meta o fortalecimento das Regionais de Saúde. Para garantir a efetividade dessa meta, torna-se imprescindível que as ações sejam implementadas diretamente nos territórios, de forma a conferir autonomia técnico-administrativa às regiões e viabilizar a implantação das Redes Temáticas de Atenção à Saúde.

Com esse propósito, as coordenadorias, subcoordenadorias e unidades regionais de saúde atuam de maneira articulada no território estadual, executando as estratégias previstas na Programação Anual de Saúde (PAS). Entre essas estratégias destacam-se as capacitações, ações de educação permanente, oficinas, visitas técnicas, reuniões, atividades de monitoramento, apoio institucional e produção de conhecimento, todas essenciais para a consolidação da regionalização e para o aprimoramento da gestão e da qualidade do cuidado.

Para viabilizar a execução dessas ações de maneira eficiente, justifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada na produção de material serigráfico e impresso, insumos fundamentais para o apoio logístico, técnico e comunicacional das atividades promovidas pela SESAP. Tais materiais como camisetas, banners, faixas, bottons, cartilhas, manuais, folders e livros, são estratégicos tanto na comunicação visual institucional quanto na identidade e memória das ações em saúde pública.

As camisetas, por exemplo, asseguram a identificação das equipes técnicas em campo e reforçam a presença institucional do Estado nos territórios; os banners e faixas conferem visibilidade às ações, facilitando o reconhecimento do SUS pelos usuários; e os materiais gráficos — como cartilhas e manuais contribuem diretamente para a qualificação das ações de vigilância, atenção à saúde e promoção da saúde, sendo instrumentos orientadores de práticas e protocolos.

Além disso, os impressos funcionam como suporte para as atividades pedagógicas e formativas conduzidas pelas áreas técnicas, além de servirem como insumos permanentes para a continuidade do processo de trabalho nas diversas áreas da SESAP, especialmente na Coordenação de Vigilância em Saúde (CVS) e na Coordenação de Atenção à Saúde (CAS), que demandam materiais técnicos com linguagem acessível e padronizada para apoiar ações nos municípios.

Diante do exposto, evidencia-se a relevância e a urgência da contratação de empresa especializada na confecção de materiais serigráficos e impressos, como instrumento de apoio estratégico à implementação das políticas públicas de saúde no Rio Grande do Norte, fortalecendo a regionalização, qualificando a comunicação institucional e garantindo condições adequadas para a execução das ações planejadas em todo o território estadual.

**4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. O prazo de entrega dos bens, em razão da especificidade de cada item, poderá variar conforme os pedidos e necessidades da Coordenação será acordado com o fornecedor, devendo ser entregues em horário comercial (9h às

16h00), no endereço da **Coordenação de Vigilância em Saúde ou na Coordenação de Atenção à Saúde - Av. Deodoro da Fonseca, 730 - 1o andar - Cidade Alta - Natal-RN (Prédio sede da SESAP) CEP 59025-600**, devendo o ônus da entrega do material, inclusive frete, ser por conta exclusiva da CONTRATADA.

4.2. As artes serão fornecidas pela CONTRATANTE quando for realizado o pedido do material

4.3. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e as constantes do presente Termo de Referência, **prevalecem estas últimas**;

4.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta

4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 1 (um) dia útil, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.9.

4.10.

4.11. Conforme dispõe a **Lei nº 14.133/2021**, em especial seus artigos 63 a 68, e demais dispositivos aplicáveis, os requisitos para a contratação devem assegurar a capacidade técnica, jurídica, fiscal, financeira e operacional da empresa contratada, garantindo a eficiência, a economicidade e a vantajosidade para a Administração Pública.

#### 4.12. **Qualificação Técnica da Contratada**

4.12.1. A contratada deverá comprovar aptidão técnica para a execução do objeto, conforme o art. 67, §3º da Lei nº 14.133/2021, mediante apresentação de atestados ou declarações emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que evidenciem experiência prévia em objeto similar, compatível em características, quantidade e prazos.

4.13. Além disso, deverá comprovar a existência de equipe técnica qualificada e estrutura operacional suficiente para atender às exigências contratuais, garantindo a adequada execução do fornecimento e dos serviços relacionados.

#### 4.14. **Habilitação Jurídica**

4.14.1. Conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a empresa contratada deverá apresentar documentos que comprovem a regular constituição e inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), além dos registros necessários para o exercício de sua atividade.

#### 4.15. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**

4.15.1. Em observância aos arts. 65 e 67 da Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá comprovar sua regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, apresentar certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas relativas a tributos, contribuições previdenciárias (INSS), FGTS, e certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

#### 4.16. **Qualificação Econômico-Financeira**

4.16.1. Nos termos do art. 67, incisos IV e V da Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá demonstrar capacidade econômico-financeira para suportar as obrigações contratuais, mediante apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, além de índices de liquidez e solvência compatíveis com o risco da contratação.

#### 4.17. **Requisitos Técnicos Específicos do Objeto**

4.17.1. A empresa deverá garantir a conformidade dos materiais fornecidos com as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, respeitando normas técnicas vigentes da ABNT, Anvisa, Inmetro e demais órgãos reguladores, conforme aplicável, nos termos do art. 6º, § 1º, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021.

4.17.2. Deverá ainda assegurar reposição imediata para produtos que apresentem defeitos ou não estejam em conformidade, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato.

#### 4.18. **Capacidade Operacional e Logística**

4.18.1. Conforme o disposto no art. 67, § 3º, incisos II e III da Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá comprovar possuir estrutura física, recursos humanos e meios logísticos adequados para atender aos prazos e condições de fornecimento estabelecidos no contrato, assegurando a entrega escalonada conforme programação da SESAP.

#### 4.19. **Sustentabilidade e Boas Práticas Ambientais**

4.19.1. Nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, a contratação deverá, sempre que possível, priorizar práticas sustentáveis, incluindo o uso de materiais recicláveis, redução de resíduos e adoção de logística reversa, promovendo a responsabilidade socioambiental da Administração e do fornecedor.

## 5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. Foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para

atendimento da demanda de produção e fornecimento de materiais serigráficos destinados às ações institucionais da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP).

5.2. Nesse contexto, foram analisadas as seguintes alternativas:

**a) Produção interna dos materiais :** Esta alternativa foi considerada inviável, tendo em vista a ausência de estrutura física adequada, equipamentos específicos e equipe técnica para execução dos serviços de serigrafia, o que implicaria elevados custos iniciais de implantação e manutenção, além de baixa eficiência operacional.

**b) Contratação por demanda avulsa (sem planejamento prévio)** Embora possível, essa alternativa mostra-se inadequada, pois compromete o planejamento das ações, reduz a previsibilidade orçamentária e pode resultar em contratações emergenciais, com potenciais prejuízos à economicidade e à competitividade.

**c) Contratação de empresa especializada para fornecimento sob demanda (solução adotada)** Esta alternativa apresenta-se como a mais vantajosa, sob os aspectos técnico e econômico, por permitir o atendimento contínuo e programado das necessidades da Administração, com padronização da qualidade dos materiais, maior controle contratual e otimização dos custos.

5.3. Do ponto de vista econômico, a contratação de empresa especializada possibilita ganhos de escala e maior competitividade entre fornecedores, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa. Sob o aspecto técnico, assegura a qualidade, a padronização e a tempestividade no fornecimento dos materiais, essenciais para a execução das ações de vigilância e promoção da saúde.

5.4. Dessa forma, a solução escolhida mostra-se adequada e alinhada aos princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021, configurando-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

6.1. Tratam-se bens comuns termos do Decreto 10.024, de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

6.2. A descrição e demais especificações técnicas necessárias para fornecimento dos materiais serigráficos nas duas macrorregiões de saúde, tendo em vista que vários eventos ocorrem conforme atividades que promovem as ações qualificando profissionais e garantindo o apoio logístico com materiais personalizados em saúde.

6.3. A solução adotada para atender às demandas da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP) consiste na contratação, por meio de pregão eletrônico, de empresa especializada para a confecção e fornecimento de materiais serigráficos e impressos, como camisetas, banners, faixas, bottons, cartilhas, manuais, folders e livros. Tal contratação visa garantir o suporte logístico, técnico e comunicacional imprescindível para a execução das ações de saúde pública, fortalecendo a identidade institucional, promovendo a visibilidade das iniciativas do SUS e assegurando a padronização e qualidade dos conteúdos educativos e informativos que subsidiam a atuação dos profissionais de saúde em todo o território estadual.

6.4. Este processo licitatório fundamentado no uso do pregão eletrônico, é justificada pela natureza comum dos bens a serem adquiridos, cujos padrões de qualidade e desempenho são facilmente definidos por meio de especificações técnicas usuais de mercado, conforme dispõe o artigo 6º, inciso I, e o artigo 28, parágrafo 3º, da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1. O pregão eletrônico configura-se como modalidade mais adequada e eficiente para a presente contratação, pois promove ampla competitividade, transparência e economicidade, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, em consonância com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

6.4.2. Além disso, a adoção do pregão eletrônico viabiliza maior agilidade e redução dos custos administrativos, ao possibilitar a participação de um maior número de fornecedores em âmbito nacional, propiciando condições para obtenção de preços mais competitivos e maior diversidade de ofertas. Essa modalidade também assegura mecanismos modernos de controle e fiscalização do processo licitatório, contribuindo para a mitigação de riscos e fortalecimento da governança pública.

6.5. Os materiais adquiridos por meio desta contratação desempenham papel estratégico na identificação visual das equipes técnicas em campo, no fortalecimento da comunicação institucional e na promoção da educação permanente dos servidores e usuários do SUS. Dessa forma, a solução apresentada atende às necessidades técnicas, logísticas e administrativas da SESAP, contribuindo decisivamente para a consolidação da regionalização da saúde, para a qualificação da gestão e da atenção à saúde, e para a efetivação das políticas públicas estaduais.

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E PREÇOS

7.1. A estimativa da quantidade foi baseada na execução contratual do contrato vigente até xxx de 2025 e acrescentado o quantitativo das outras coordenações que descreveram suas necessidades, conforme itens dos lotes 1 e 2:

7.2. Considerando a média mensal de utilização, bem como a projeção de ampliação dos serviços no período de vigência da contratação. Foram também considerados os estoques existentes e uma margem de segurança de 10 %, devidamente justificada para cobertura de eventuais variações de demanda;

7.3. Foi considerado um incremento de 20% na quantidade de receituários, item 19, Lote 1, devido ao aumento da demanda pelas unidades de atendimento aos usuários dos medicamentos de uso controlado pela vigilância sanitária;

7.4. Para os materiais de divulgação do lote 2, a base da estimativa considerou a realização dos eventos programados de capacitações, orientação de manejo clínico, formação de educação continuada, encontros técnicos de promoção à saúde e de prevenção de agravos, realizados anualmente pelas equipes técnicas da Coordenação de Vigilância em Saúde e da Coordenação de Atenção à Saúde;

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QT CVS	QT CAS	TOTAL
01	01	Bloco de anotações tamanho 21,5 x 15 cm, papel off-set 90g, 1 x 0 cor, preto e branco, com 25 folhas, com logomarca do órgão solicitante		1.000	0	1.000
01	02	Bloco para anotações - tamanho 10x15cm em papel off-set 90g, impressão 4 x 0 cores, bloco com 25 folhas cada, com a logomarca da instituição e arte conforme solicitação.		2.500	6500	9.000
01	03	Caneta - caneta plástica com corpo leitoso branco, com detalhe emborrachado e clip colorido com impressão da logomarca conforme solicitação		3.000	6500	9.500
01	04	Cartaz A4 em papel off-set		1.000	0	1.000
01	05	Cartaz com impressão em papel couché 120 g. Medindo: 65 x 47 cm		5.000	0	5.000
01	06	Crachá para evento com cadarço 10x15cm, 4x4 cores tinta escala em off-set papel Couchê 300g Fotolito incluso furado		2.000	6500	8.500
01	07	Crachá para identificação em PVC 8,6 x 5,5 cm, impressão 4 x 0 cores		500	0	500
01	08	Folder informativo tamanho A4 com 2 dobra em papel off set impressão frente e verso 4x4 cores. As logomarcas e artes específicas serão fornecidas no ato da solicitação		3.000	6000	9.000
01	09	Cartilha - Formato 13 x 19 cm (fechado), capa em papel Couchê fosco 120 gr e miolo impressão em papel off set 90gr a 4/4 cores com 20 páginas. Acabamento: Grampeado e ilustração conforme solicitação.		10.000	2000	12.000
01	10	Livreto - Formato 15 x 21 cm (fechado), capa e contracapa em papel Couchê 250 gr, miolo em papel off set 90gr, 4/4 cores, com 24 páginas. Acabamento: refil e colado e ilustração conforme solicitação.		3.000	1500	4.500
01	11	Placa de acrílico transparente 40x20cm com personalizada colorida, incluso 4 parafusos, 4 buchas e 4 fixadores		100	0	100
01	12	Placa de premiação em acrílico 20 X 15 cm com base, personalizada em cor.		500	0	500
01	13	Botton personalizados de 2,5 cm.		2.000	4500	6.500
01	14	Botton personalizados de 3,5 cm.		1.000	0	1.000
01	15	Botton resinado tipo Pin de 3,5 cm		3.000	4500	7.500
01	16	Pasta personalizada papel Couchê 400g para eventos e congressos, tamanho 22X30 cm, com aba, bolso, impressão 4/4 cores e ilustrações conforme solicitado		3.000	3000	6.000
01	17	Mousepad-19x24cm tecido emborrachado e base antiderrapante, espessura 3mm, com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitado.		1.500	1000	2.500
01	18	Leques tipo abano, formato: 21cm de diâmetro, recorte especial; impressão colorida em papel couchê 300 g/m², com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitado.		5.000	0	5.000
01	19	Receituário especial amarelo		20.000	0	20.000
01	20	Termo de Inspeção Sanitária		1.500	0	1.500
01	21	Termo de Intimação		500	0	500
01	22	Termo Interdição Estabelecimentos		200	0	200
01	23	Termo Interdição Produtos e Equipamentos		200	0	200
01	24	Continuação do Termo de Interdição		50	0	50
01	25	Termo de notificação de análise fiscal		200	0	200
01	26	Continuação do Termo de Inspeção Sanitária/Intimação		500	0	500
01	27	Notificação de Análise Fiscal		200	0	200
01	28	Termo de coleta		1.500	0	1.500
01	29	Auto de Infração		200	0	200
01	30	Continuação do Auto de Infração		50	0	50
01	31	Termo de apreensão		200	0	200
01	32	Continuação do Termo de Apreensão		50	0	50
01	28	Etiquetas do tipo autoadesiva, com dimensões: 12,7x44,45mm - 80 por folha	231738	30	0	30
01	32	Continuação do Termo de Apreensão		50	0	50
01	29	Ímã de Geladeira formato 5,0 x 7,0 cm. Impressão em policromia (4x0) no papel cartão 250 g/m² com termolaminação brilho. Verso 100% imantado. Faca de corte reta ou especial.		1000	1000	2.000
01	30	Adesivo formato 10 X 3 cm, impressão 4X0, couchê, layout a ser definido pela contratante		0	6500	6.500

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QT CVS	QT CAS	TOTAL
		Bolsa para evento modelo Ecobag em lona na cor crua natural				

02	01	ou em cor, impressão em policromia, medindo 40X35cm de largura, alças medindo 75 cm, logomarca da instituição e ilustração conforme solicitação.	3.000	4500	7.500
02	02	Banner confeccionado em lona com impressão de alta resolução em policromias de dimensões 2m x 6m com suporte para pendurar.	10	10	20
02	03	Banner confeccionado em lona plástica, tamanho 1 m x 0,70 cm, colorido, Acabamento com duas hastes, uma em cada extremidade, sendo uma com corda de sustentação para suporte desmontável	50	0	50
02	04	Banner - produção gráfica de banner, medindo 0,90cm x 1,20 m, impresso em jato de tinta, sobre lona vinílica, 4/0 cores. Acabamento com duas hastes, uma em cada extremidade, sendo uma com corda de sustentação para suporte desmontável	150	50	200
02	05	Camiseta de malha PV cor branca, 50% poliéster e 50% Viscose 160gr gola ribana de 2 cm com logomarca do programa pintada de silkscreen em policromia nos tamanhos P, M, G, GG, XGG e baby look, com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitação	5.000	0	5.000
02	06	Camiseta de malha PV colorida, 50% poliéster 50% Viscose 160gr gola ribana de 2cm com logomarca do programa pintada de silkscreen em policromia nos tamanhos P, M, G, GG, XGG e baby look, com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitação	5.000	4000	9.000
02	07	Camiseta de malha PA na cor branca, 50% poliéster e 50% algodão 160gr gola ribana de 2cm com logomarca do programa pintada de silkscreen em policromia nos tamanhos P, M, G, GG, XGG e baby look, com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitação	3.000	500	3.500
02	08	Camiseta de malha PA colorida, 50% poliéster e 50% algodão 160gr gola ribana de 2cm com logomarca do programa pintada de silkscreen em policromia nos tamanhos P, M, G, GG, XGG e baby loo, com logomarca da instituição e ilustração conforme solicitação	3.000	500	3.500
02	09	Faixa em material de pvc, impressão em policromia, com bastão de madeira ou ilhós para amarração (valor em metros)	100	0	100
02	10	Faixa Personalizada em Lona 440g brilhante ou fosca e bastões ou ilhós para amarração, tamanho 3m X 1m	10	0	10
02	11	Faixa Personalizada em Lona 440g brilhante ou fosca e bastões ou ilhós para amarração, tamanho 2m X 1m	10	0	10
02	12	CANECA BRANCA DE CERÂMICA CAPACIDADE 300ML (DIMENSÕES DA ARTE LARGURA X ALTURA)	0	200	200
02	13	Squeeze, material: Politereftalato De Etileno Reciclado.Capacidade: 500 MLAplicação: Tampa Roscada/Personalizada LAYOUT A SER DEFINIDO PELA CONTRATANTE	0	1000	1.000

7.5. O detalhamento da médica de preços encontra-se no pesquisa on line (SEI nº ), que fará parte deste certame.

7.6. A estimativa de preço unitário do objeto está descrita no quadro abaixo, baseado em pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal (paineldeprecos.planejamento.gov.br) realizada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ em cumprimento à alínea a) do inciso VI, § 1 art. 8º da Medida Provisória 1.407/2021;

7.7. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

7.8. Nas licitações promovidas pela SESAP, deverão constar das propostas de preços de mercadorias ou serviços sujeitos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), conforme disposição da Lei Estadual nº 8.966, de 21 de junho de 2007.

7.9. De acordo com o § 3 art. 8 do mesmo dispositivo legal, os preços encontrados não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores em razão das oscilações nas variações de preço, desde que observadas as condições dos incisos I e II do § 3 art.

7.10. A estimativa de preços serve apenas como parâmetro norteador e não substitui a necessidade de uma eventual nova pesquisa mercadológica pela área competente com os devidos métodos de cálculos conforme modelo de pesquisa realizada.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. O fornecimento de materiais de serigrafia serão entregues conforme solicitações de acordo com os eventos realizados observando condições e exigências estabelecidas neste instrumento contratual para atender as necessidades da Coordenação de Vigilância em Saúde, LACEN e SVO, como também da demandas da Coordenação de Atenção a Saúde - CAS;

8.2. O parcelamento da contratação justifica-se em razão da natureza contínua, variável e descentralizada das atividades institucionais, as quais dependem de demandas periódicas vinculadas à realização de campanhas, ações educativas e eventos em saúde.

8.3. Tal estratégia possibilita maior eficiência na gestão dos recursos públicos, ao assegurar o fornecimento conforme a necessidade, evitando o acúmulo desnecessário de estoque, minimizando riscos de perdas e garantindo a disponibilidade oportuna dos materiais, em conformidade com as exigências contratuais.

8.4. No caso em análise, o parcelamento das entregas mostra-se adequado em razão da natureza contínua e variável da demanda, permitindo que o fornecimento ocorra de forma gradual, conforme as necessidades da Administração, evitando o acúmulo desnecessário de estoque e garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

8.5. Dessa forma, o parcelamento da entrega atende aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento, assegurando a execução contratual de forma mais racional e alinhada às demandas institucionais.

## **9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

9.1. Não há necessidade de contratação correlatas ou interdependentes para que o serviço proposto seja entregue.

## **10. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

10.1. As despesas decorrentes da execução deste certame estão previstas no Plano de Contratação Anual (PCA) do exercício vigente, em conformidade com o disposto no artigo 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, e atendem ao planejamento estratégico da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN).

10.2. O objeto deste credenciamento está registrado sob o ID nº 08241754000145-0-000001/2025, item 33 (891 - Serviços de Reprodução, Publicação e Impressão), identificador da futura contratação 925550-31/2025, disponível para consulta no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/app/pca/08241754000145/2025/1>, garantindo que os recursos financeiros estejam devidamente alocados para sua execução.

10.3. Esses recursos encontram-se distribuídos em diversas ações estratégicas da SESAP/RN, incluindo Educação Permanente em Saúde, Promoção da Saúde, Vigilância em Saúde e Saúde Digital, em consonância com as metas estabelecidas na Programação Anual de Saúde (PAS) das áreas envolvidas na contratação.

## **11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

11.1. Contratar de empresa para fornecimento de materiais de serigrafia para atender as necessidades da Coordenação de Vigilância em Saúde e suas Subcoordenações, LACEN e SVO, como também da demandas da Coordenação de Atenção à Saúde - CAS e suas subcoordenações garantindo a qualificação e melhoria dos materiais durante as capacitações, fóruns, congressos, oficinas, entre outras ações de saúde pública.

11.2. A contratação da empresa especializada para fornecimento de materiais serigráficos tem por objetivo promover a saúde e atender às metas e diretrizes estabelecidas nos instrumentos de gestão e planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme proposto pela Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP), visando garantir a qualidade dos serviços prestados ao usuário final, cidadão potiguar atendido pelo SUS. Além disso, busca-se qualificar os processos internos da SESAP, especialmente nas áreas estratégicas de Educação Permanente em Saúde, Promoção da Saúde, Vigilância em Saúde, Saúde Digital e Atenção à Saúde, fortalecendo a gestão, a capacitação contínua dos profissionais e a eficiência dos serviços, em consonância com as metas previstas na Programação Anual de Saúde (PAS) das áreas envolvidas.

11.3. Os materiais serigráficos, tais como banners, camisetas, faixas, botons, cartilhas e manuais, constituem ferramentas essenciais para fortalecer a comunicação institucional, promovendo maior visibilidade, engajamento e padronização durante eventos técnicos, capacitações, fóruns, seminários e campanhas de saúde pública, favorecendo o alcance dos objetivos institucionais e o fortalecimento das ações realizadas em todo o território estadual.

11.4. Ademais, a padronização e a qualidade desses materiais apoiam a efetividade das ações de educação permanente, contribuem para a mobilização da população na promoção da saúde, aprimoram os processos de vigilância em saúde, e fomentam a disseminação das tecnologias e inovações em saúde digital, promovendo a consolidação do SUS no Rio Grande do Norte.

11.5. Dessa forma, os resultados pretendidos abrangem tanto a melhoria da experiência e dos resultados para o usuário final do SUS quanto o aperfeiçoamento dos processos internos da SESAP, assegurando sustentabilidade, eficiência e transparência na aplicação dos recursos públicos em saúde.

## **12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

### **12.1. Solicitação de Amostras**

12.1.1. Antes da formalização do contrato, será exigida da empresa contratada a apresentação de amostras dos materiais de serigrafia ofertados, tais como banners, camisetas, faixas, botons, cartilhas e manuais. Essa medida visa assegurar que os produtos atendam às especificações técnicas e padrões de qualidade definidos neste Termo de Referência, garantindo a eficácia na comunicação visual e a padronização institucional exigida pela Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP).

### **12.2. Avaliação Técnica das Amostras**

12.2.1. As amostras recebidas serão submetidas à avaliação técnica pela equipe responsável pela fiscalização do contrato, que verificará aspectos como acabamento, resistência, fidelidade das cores, qualidade dos materiais e adequação às necessidades institucionais. Somente após a aprovação das amostras a empresa estará habilitada para o fornecimento dos materiais contratados.

### **12.3. Adequação e Ajustes**

12.3.1. Caso as amostras apresentem inconformidades, a empresa contratada será notificada para promover as adequações necessárias no prazo estipulado, sob pena de desqualificação do certame ou rescisão contratual, garantindo a entrega de produtos que atendam integralmente às demandas da SESAP.

### **12.4. Registro das Aprovações**

12.4.1. Todos os processos de avaliação e aprovação das amostras serão documentados e anexados ao processo administrativo, assegurando transparência e segurança jurídica para a administração pública e fornecedora.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Consideramos que o impacto ambiental deste tipo de contratação é de baixo risco, pois os materiais de serigrafia necessários as ações de saúde são caracterizados como insumos necessários às atividades da Coordenação de Vigilância em Saúde e suas Subcoordenações, LACEN e SVO, como também da demandas da Coordenação de Atenção a Saúde - CAS. Portanto não existe nenhum perigo relevante a ser destacado.

13.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: Tem-se como critérios de sustentabilidade a origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços.

13.3. A contratada deverá cumprir as práticas de proteção ao meio ambiente, nos termos da legislação em vigor, especialmente às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), não permitindo que materiais descartáveis e detritos de qualquer natureza sejam lançados em áreas impróprias para descarte, de modo a minimizar eventuais danos ao meio ambiente.

13.4. Os materiais deverão ser acondicionados em suas embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, com a sua identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante, data de fabricação, validade e outras especificações de acordo com suas características.

13.5. Os materiais fornecidos deverão, ao final de sua vida útil, ser descartados em recipientes próprios para que possam, se possível, serem reciclados e reaproveitados ou apenas tenha uma destinação final adequada, objetivando não causar impactos ambientais, por descarte inadequado.

13.6. O objeto da contratação compreende o fornecimento de materiais de serigrafia, tais como banners, camisetas, faixas, botons, cartilhas e outros insumos gráficos, destinados às ações institucionais das coordenações de saúde da SESAP. Considerando a natureza desses materiais, os impactos ambientais associados são considerados de baixo potencial, pois envolvem produtos consumíveis, utilizados em eventos e atividades de saúde pública.

13.7. Reconhece-se a importância da adoção de práticas sustentáveis durante a produção, transporte, uso e descarte desses materiais, a fim de minimizar impactos ambientais, especialmente em relação à geração de resíduos sólidos e ao uso de recursos naturais.

13.8. A contratada deverá cumprir rigorosamente as práticas de proteção ambiental previstas na legislação vigente, especialmente as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Será vedado o descarte inadequado de materiais descartáveis, resíduos ou detritos em locais impróprios, adotando-se medidas para minimizar possíveis danos ao meio ambiente.

13.9. Os materiais fornecidos deverão ser entregues acondicionados em embalagens originais, lacradas e adequadas para armazenamento, com identificação clara que contenha, quando aplicável, descrição do produto, marca, fabricante, data de fabricação, validade e demais especificações pertinentes às suas características.

13.10. É recomendada a priorização de materiais produzidos com base em processos ambientalmente responsáveis, incluindo insumos recicláveis, biodegradáveis ou de origem certificada, alinhados às melhores práticas de sustentabilidade e às normas ambientais vigentes.

13.11. Ao final do uso dos materiais fornecidos, a SESAP orientará a destinação adequada dos resíduos gerados, promovendo a coleta seletiva e encaminhamento para reciclagem ou disposição final nos termos da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e da recente Lei Estadual nº 11.669, de 10 de janeiro de 2024, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Norte, as aquisições e contratações públicas devem incorporar critérios de sustentabilidade ambiental, com vistas à redução dos impactos ambientais, à economia de recursos e à promoção da responsabilidade socioambiental.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

14.1. ANÁLISE DE RISCOS (ARTIGO 18 INCISO X, DA LEI 14.333/2021)

14.2. IDENTIFICAÇÃO E TRATAMENTO DOS PRINCIPAIS RISCOS ASSOCIADOS À AQUISIÇÃO

Se (causa)	Riscos identificados	Então (consequência)	Probabilidade	Impacto	Medida do risco	Controle do risco
Não houver a contratação para fornecimento de materiais serigráficos	Não haverá	Não execução orçamentária devido a não contratação de empresa para fornecimento de materiais de serigrafia garantindo a qualificação e melhoria dos materiais utilizados durante as capacitações, fóruns, congressos, oficinas, entre outras ações de saúde pública.	Alta	Muito alto	Resultado de 10 a 16 – Altíssimo risco.	Que o certame seja proativo seguindo fluxos administrativos que possa garantir a contratação

14.3. Diante das análises realizadas, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se adequada, necessária e plenamente alinhada ao atendimento das demandas institucionais da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP), especialmente no âmbito da Coordenação de Vigilância em Saúde, LACEN, SVO e da Coordenação de Atenção à Saúde (CAS).

14.4. A solução proposta, consistente no fornecimento de materiais serigráficos com entregas parceladas, revela-se tecnicamente viável e operacionalmente eficiente, considerando a natureza contínua, descentralizada e variável das ações de saúde, notadamente campanhas, eventos e atividades educativas.

14.5. O modelo adotado permite maior racionalização dos recursos públicos, ao viabilizar o fornecimento conforme a demanda, evitando desperdícios, minimizando riscos de desabastecimento e assegurando a disponibilidade oportuna dos materiais necessários à execução das políticas públicas de saúde.

14.6. Ademais, a estratégia encontra respaldo nos princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021, demonstrando-se, portanto, a alternativa mais vantajosa para a Administração.

## 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Com base nas informações levantadas neste estudo técnico, declaramos viável a realização de procedimento de licitação com objetivo de Contratação de empresa para fornecimento de materiais de serigrafia para atender as necessidades da Coordenação de Vigilância em Saúde - CVS e suas Subcoordenações, CIEVS, LACEN e SVO, como também da demandas da Coordenação de Atenção a Saúde - CAS e suas subcoordenações.

15.2. A contratação é viável, pois encontra-se em instrumentos de gestão com orçamento previsto para execução contratual junto às empresas que operam neste ramo de atividade suficientes para participar da licitação/pregão e oferecerem as soluções que a SESAP precisa para condições adequadas durante os eventos e atividades formativas contribuindo para a qualificação da prestação de serviços de saúde.

Natal, 16 de abril de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **DEUMA MARIA ALVES SANTOS DE OLIVEIRA, Chefe de Departamento de Unidade de Saúde - CDUS**, em 22/04/2026, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ELOIZA DA SILVA, Referência Técnica do Núcleo Administrativo e Orçamentário em Substituição Legal**, em 23/04/2026, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40755980** e o código CRC **5C5154A6**.